

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 19 de julho de 2023 às 07h54
Seleção de Notícias

Estadão.com.br - Últimas Notícias | BR

Direitos Autorais

Artistas lutam para receber por direito autoral após IAs aprenderem com seus trabalhos 3
GERRIT DE VYNCK

Correio Braziliense - Online | BR

Marco regulatório | INPI

Entenda o porquê de muitas academias não poderem usar o termo CrossFit 7
RAPHAELA PEIXOTO

BOL - Notícias | BR

Direitos Autorais

Roberto Carlos x Tiririca: Justiça propõe 'conciliação' após uso de paródia 9
ENTRETENIMENTO | FAVOR

Migalhas | BR

Direitos Autorais | Direito da Personalidade

TJ/SC afasta dano moral por voo cancelado devido a manutenção urgente 10

Revista Fórum - Online | BR

Propriedade Intelectual

Gestão de tecnologia da computação, tecnologia da computação e programas básicos de comunicação são campos que mais registraram patentes no país asiático este ano 11
IARA VIDAL

Artistas lutam para receber por direito autoral após IAs aprenderem com seus trabalhos

THE WASHINGTON POST - Um grupo cada vez mais vocal de artistas, escritores e cineastas está argumentando que ferramentas de inteligência artificial como os chatbots ChatGPT e Bard foram treinadas ilegalmente em seus trabalhos sem permissão ou compensação - representando uma grande ameaça legal para as empresas que estão implementando a tecnologia para milhões de pessoas ao redor do mundo.

O ChatGPT, da OpenAI, e o gerador de imagens DALL-E, assim como Bard, do Google, e Stable Diffusion, da Stability AI, foram todos treinados em bilhões de artigos de notícias, livros, imagens, vídeos e postagens de blogs raspados da **internet**, muitos dos quais são protegidos por **direitos** autorais.

Na semana passada, a comediantes Sarah Silverman entrou com um processo contra a OpenAI e a empresa controladora do Facebook, a Meta, alegando que eles usaram uma cópia pirateada de seu livro nos dados de treinamento porque os chatbots das empresas conseguem resumir seu livro com precisão.

Os romancistas Mona Awad e Paul Tremblay abriram um processo semelhante contra a OpenAI. E mais de 5 mil autores, incluindo Jodi Picoult, Margaret Atwood e Viet Thanh Nguyen, assinaram uma petição pedindo que as empresas de tecnologia obtenham o consentimento e dêem crédito e compensação aos escritores cujos livros foram usados nos dados de treinamento.

Foram abertas duas ações coletivas contra a OpenAI e o Google, ambas alegando que as empresas violaram os direitos de milhões de usuários da **internet** ao usar seus comentários nas redes sociais para treinar IA conversacional. E, na semana passada, a Comissão Federal de Comércio (FTC, na sigla em inglês) abriu uma investigação para verificar se a OpenAI violou os direitos do consumidor com suas

práticas de dados.

Enquanto isso, o Congresso dos Estados Unidos realizou a segunda de duas audiências focando em IA e **direitos** autorais na quarta-feira passada, ouvindo representantes da indústria musical, Adobe (dona do Photoshop), Stability AI e a artista conceitual e ilustradora Karla Ortiz.

Continua após a publicidade

"Essas empresas de IA usam nosso trabalho como dados de treinamento e matéria-prima para seus modelos de IA sem consentimento, crédito ou compensação," disse Ortiz, que trabalhou em filmes como "Pantera Negra" e "Guardiões da Galáxia", em declarações preparadas. "Nenhuma outra ferramenta depende exclusivamente dos trabalhos de outros para gerar imagens. Nem o Photoshop, nem o 3D, nem a câmera, nada se compara a essa tecnologia."

A onda de processos, queixas de alto perfil e regulamentação proposta pode representar a maior barreira até agora para a adoção de ferramentas de IA "generativas", que têm atraído a atenção do mundo tecnológico desde que a OpenAI lançou o ChatGPT ao público no final do ano passado e estimulou executivos da Microsoft, Google e outras gigantes da tecnologia a declarar que a tecnologia é a inovação mais importante desde a chegada do celular.

Artistas afirmam que os meios de subsistência de milhões de trabalhadores criativos estão em jogo, especialmente porque as ferramentas de IA já estão sendo usadas para substituir alguns trabalhos feitos por humanos. A raspagem em massa de arte, escrita e filmes da web para treinamento de IA é uma prática que os criadores dizem que nunca consideraram ou consentiram.

Os modelos de IA estão basicamente aprendendo

Continuação: Artistas lutam para receber por direito autoral após IAs aprenderem com seus trabalhos

com todas as informações que estão disponíveis. É semelhante a um estudante indo e lendo livros em uma biblioteca e então aprendendo a escrever e ler Kent Walker, presidente de assuntos globais do Google

Mas, em aparições públicas e em resposta a processos judiciais, as empresas de IA argumentaram que o uso de obras protegidas por **direitos** autorais para treinar IA se enquadra no uso justo - um conceito na lei de **direitos** autorais que cria uma exceção se o material for alterado de uma maneira "transformadora".

"Os modelos de IA estão basicamente aprendendo com todas as informações que estão disponíveis. É semelhante a um estudante indo e lendo livros em uma biblioteca e então aprendendo a escrever e ler", disse Kent Walker, presidente de assuntos globais do Google, em uma entrevista na sexta-feira. "Ao mesmo tempo, você precisa garantir que não está reproduzindo os trabalhos de outras pessoas e fazendo coisas que seriam violações de **direitos** autorais."

Raspagem de dados

Continua após a publicidade

O movimento de criadores pedindo mais consentimento sobre como seu conteúdo protegido por **direitos** autorais é usado faz parte de um movimento maior, à medida que a IA muda as regras e normas estabelecidas há muito tempo para a **internet**. Por anos, os sites ficaram felizes em ter o Google e outras gigantes da tecnologia raspando seus dados para o propósito de ajudá-los a aparecer em resultados de busca ou acessar redes de publicidade digital, ambas ajudando-os a ganhar dinheiro ou alcançar novos clientes.

Existem alguns precedentes que podem funcionar a favor das empresas de tecnologia, como uma decisão do Tribunal de Apelações dos EUA de 1992 que permitiu às empresas reverterem a engenharia do código

de software de outras empresas para projetar produtos concorrentes, diz Andres Sawicki, professor de direito da Universidade de Miami que estuda propriedade intelectual. Mas muitas pessoas sentem que há uma injustiça intuitiva em grandes empresas ricas usando o trabalho de criadores para criar novas ferramentas geradoras de dinheiro sem compensar ninguém.

"A questão da IA generativa é realmente difícil", ele disse.

A batalha sobre quem se beneficiará da IA já está ficando acirrada.

Em Hollywood, a IA tornou-se um ponto central de conflito para escritores e atores que recentemente entraram em greve. Os executivos de estúdio querem preservar o direito de usar a IA para criar ideias, escrever roteiros e até replicar as vozes e imagens dos atores. Os trabalhadores veem a IA como uma ameaça existencial para seus meios de subsistência.

Os criadores de conteúdo estão encontrando aliados entre as principais empresas de mídia social, que também viram os comentários e discussões em seus sites raspados e usados para ensinar bots de IA como funciona a conversação humana.

Tivemos várias entidades tentando coletar todos os tuítes já feitos Elon Musk, dono do

Continua após a publicidade

Na sexta-feira, Elon Musk, proprietário do Twitter, disse que o site estava lidando com empresas e organizações que estavam "ilegalmente" raspando seu site constantemente, ao ponto de ele decidir limitar o número de tuítes que contas individuais poderiam visualizar na tentativa de impedir a raspagem em massa. "Tivemos várias entidades tentando coletar todos os tuítes já feitos", disse Musk.

Outras redes sociais, incluindo o Reddit, também ten-

Continuação: Artistas lutam para receber por direito autoral após IAs aprenderem com seus trabalhos

taram impedir que conteúdos de seus sites fossem coletados, começando a cobrar milhões de dólares para usar suas interfaces de programação de aplicativos ou APIs - os gateways técnicos pelos quais outros aplicativos e programas de computador interagem com redes sociais.

Algumas empresas estão sendo proativas em assinar acordos com empresas de IA para licenciar seu conteúdo por uma taxa. Na quinta-feira, a agência americana de notícias Associated Press concordou em licenciar seu arquivo de reportagens de notícias datadas desde 1985 para a OpenAI. A organização de notícias terá acesso à tecnologia da OpenAI para experimentar seu uso em seu próprio trabalho como parte do acordo.

Uma declaração de junho divulgada pela Digital Content Next, um grupo de comércio que inclui o New York Times e The Washington Post entre outros publishers online, afirmou que o uso de artigos de notícias protegidos por **direitos** autorais em dados de treinamento de IA "provavelmente seria considerado muito além do escopo de uso justo conforme estabelecido na lei de **direitos** autorais."

"Profissionais criativos ao redor do mundo usam o ChatGPT como parte de seu processo criativo e procuramos ativamente seus feedbacks sobre nossas ferramentas desde o primeiro dia", disse Niko Felix, um porta-voz da OpenAI. "O ChatGPT é treinado em conteúdo licenciado, conteúdo publicamente disponível e conteúdo criado por treinadores de IA humanos e usuários."

Porta-vozes do Facebook e Microsoft recusaram-se a comentar. Um porta-voz da Stability AI não retornou um pedido de comentário.

Práticas de treinamento de IA

Continua após a publicidade

"Há anos deixamos claro que usamos dados de fontes

públicas (como informações publicadas na web aberta e conjuntos de dados públicos) para treinar os modelos de IA por trás de serviços como o Google Translate", disse Halimah DeLaine Prado, conselheira geral do Google. "A lei americana apoia o uso de informações públicas para criar novos usos benéficos e estamos ansiosos para refutar essas alegações infundadas."

O uso justo é uma forte defesa para as empresas de IA, porque a maioria das saídas dos modelos de IA não se assemelha explicitamente ao trabalho de humanos específicos, disse Sawicki, o professor de Direito especializado em **direitos** autorais. Mas, se os criadores processando as empresas de IA conseguirem mostrar exemplos suficientes de saídas de IA que são muito semelhantes às suas próprias obras, eles terão um argumento sólido de que seus **direitos** autorais estão sendo violados, disse ele.

As empresas poderiam evitar isso construindo filtros em seus bots para garantir que eles não gerem nada que seja muito semelhante a uma obra de arte existente, disse Sawicki. O YouTube, por exemplo, já usa tecnologia para detectar quando obras protegidas por **direitos** autorais são enviadas para seu site e automaticamente as retira. Em teoria, as empresas de IA poderiam construir algoritmos que poderiam identificar saídas que são altamente semelhantes à arte, música ou escrita existentes.

As técnicas de ciência da computação que permitem a IA "generativa" moderna foram teorizadas por décadas, mas só foi quando grandes empresas de tecnologia como Google, Facebook e Microsoft combinaram seus datacenters massivos de computadores poderosos com as enormes quantidades de dados que coletaram da **internet** aberta que os bots começaram a mostrar capacidades impressionantes.

Ao processar bilhões de sentenças e imagens legendadas, as empresas criaram "modelos amplos de linguagem" (LLM, na sigla em inglês), capazes de prever qual a coisa lógica a dizer ou desenhar em res-

Continuação: Artistas lutam para receber por direito autoral após IAs aprenderem com seus trabalhos

posta a qualquer estímulo, com base em sua compreensão de toda a escrita e imagens que ingeriram.

No futuro, as empresas de IA usarão conjuntos de dados mais curados e controlados para treinar seus modelos de IA, e a prática de jogar montanhas de dados não filtrados coletados da **internet** aberta será vista como "arcaica", disse Margaret Mitchell, cientista-chefe de ética na startup de IA Hugging Face. Além dos problemas de **direitos** autorais, o uso de dados da web aberta também introduz possíveis vieses nos chatbots.

"É uma abordagem tão tola e não científica, sem mencionar uma abordagem que infringe os direitos das pessoas", disse Mitchell. "Todo o sistema de coleta de dados precisa mudar e é uma pena que precise mudar por meio de processos judiciais, mas é frequentemente assim que a tecnologia funciona."

Continua após a publicidade

Mitchell diz que não ficaria surpresa se a OpenAI tivesse que excluir completamente um de seus modelos até o final do ano por causa de processos ou novas regulamentações.

Todo o sistema de coleta de dados precisa mudar, e é uma pena que precise mudar por meio de processos judiciais, mas é frequentemente assim que a tec-

nologia funciona Margaret Mitchell, cientista-chefe de ética na startup de IA Hugging Face

OpenAI, Google e Microsoft não divulgam informações sobre quais dados usam para treinar seus modelos, dizendo que isso poderia permitir que pessoas mal-intencionadas replicem seu trabalho e usem as IAs para fins maliciosos.

Uma análise do Post de uma versão mais antiga do principal modelo de aprendizado de linguagem da OpenAI mostrou que a empresa usou dados de sites de notícias, Wikipédia e um notório banco de dados de livros pirateados que desde então foi apreendido pelo Departamento de Justiça.

Não saber exatamente o que entra nos modelos torna ainda mais difícil para artistas e escritores obterem compensação pelo seu trabalho, disse Ortiz, a ilustradora, durante a audiência no Senado.

"Precisamos garantir que haja transparência clara", disse Ortiz. "Essa é uma das bases iniciais para que artistas e outros indivíduos possam obter consentimento, crédito e compensação." / TRADUÇÃO POR GUILHERME GUERRA

Entenda o porquê de muitas academias não poderem usar o termo CrossFit

A empresa americana "CrossFit Inc", dona exclusiva da marca no Brasil, desde 2019, tem proteção legal e vem ganhando disputas judiciais contra academias que usam o nome da prática sem autorização

A empresa norte-americana CrossFit Inc tem vencido disputas judiciais contra academias brasileiras que usam o nome da marca e oferecem o treinamento sem serem filiadas. A empresa desde 2019 é dona exclusiva da marca.

Segundo a CNN Brasil, a CrossFit Inc, em 2010, solicitou ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (**INPI**) o registro da marca. A priori o pedido foi negado, pois na visão do **INPI**, se tratava de "expressão de uso comum para o segmento". Contudo, nove anos depois, a decisão foi revertida em recurso e a concessão da marca pelo instituto foi emitida em janeiro de 2019.

Desde então, a empresa americana tem travado disputa judiciais contra os empresas que usam o nome da prática sem autorização. Em 2020, a dona da marca ganhou uma ação na Justiça paulistana contra uma academia do estado. De acordo com a decisão, o estabelecimento ficou proibido de usar o termo CrossFit em qualquer meio: nome, website, redes sociais, publicidade, fachada e roupas.

Em seu voto, o desembargador Fortes Barbosa, relator do caso, afirmou que o nome CrossFit não pode ser "tida como de uso comum". "A marca em questão possui proteção legal e, para seu uso legítimo, faz-se necessário licenciamento e pagamento de uma retribuição ajustada ("royalties"), não podendo ser acolhido o argumento da recorrente de vulgarização da

expressão 'Crossfit'", frisa o magistrado.

Proteção legal

A empresa é resguardada pela Lei de Propriedade Industrial, de 1996, que assegura ao titular o direito de impedir que terceiros utilizem sinal idêntico ou termos aproximados com o original, no intuito de evitar que o consumidor seja levado a erro.

De acordo com o advogado Humberto Vallim, especialista em direito empresarial, todas as academias estão sujeitas ao que diz a lei. "O direito de proteção da marca vale independentemente do porte da academia. A Lei de **Propriedade Industrial** não estabelece diferenciação com base no tamanho da empresa. Portanto, uma academia de pequeno porte também está sujeita às ações legais da CrossFit Inc caso utilize seu nome de forma não autorizada", explica Vallim.

Em caso de uso indevido do nome, a academia está sujeita a ações legais por violação de marca registrada, dentre elas a obrigação de cessar o uso do nome, o pagamento de indenização por danos e outras penalidades previstas na legislação, como explica o advogado.

Degeneração

No Brasil, o termo é muito utilizado para denominar a prática esportiva, ou seja, a marca passou a corresponder ao nome pela qual o produto ou serviço que fornece. Esse processo é chamado degeneração pelos juristas. Para o especialista "esse fenômeno pode representar um risco para a proteção e ex-

Continuação: Entenda o porquê de muitas academias não poderem usar o termo CrossFit

clusividade da marca CrossFit, pois a marca pode perder sua distintividade".

Ele ainda explica que o tempo necessário para o **INPI** aprovar o registro da marca pode variar e não há um prazo fixo e que é provavelmente a utilização generalizada do termo durante esse tempo afetou a exclusividade da marca e dificultar a proteção legal.

Atualmente, segundo o site da Crossfit InC, há no país cerca de 600 academias filiadas. Segundo a CN- N, a afiliação custa R\$ 12.000 e desde o ano passado o valor pode ser pago em real.

*Estagiária sob supervisão de...

Roberto Carlos x Tiririca: Justiça propõe 'conciliação' após uso de paródia

ENTRETENIMENTO

A Justiça deu prazo de 15 dias para Roberto Carlos e Tiririca (PL-SP) discutirem a possibilidade de uma última conciliação na Justiça. O cantor cobra indenização de R\$ 50 mil ao apontar "prática abusiva" pelo uso de uma paródia da música "O Portão".

O prazo foi determinado pelo juiz Guilherme Madeira Dezem, da 44ª Vara Cível de São Paulo, no dia 14 de julho. A ação, disponível no site do Tribunal de Justiça de São Paulo e analisada por Splash, foi aberta em setembro do ano passado - época em que Tiririca estava em campanha eleitoral.

Na época, uma decisão do STJ (Superior Tribunal de Justiça) autorizou candidatos a cargos políticos a fazerem paródias sem a necessidade de autorização do detentor dos **direitos** autorais.

Splash entrou em contato com as equipes de Roberto Carlos e Tiririca. A reportagem será atualizada caso uma das partes se manifeste sobre o caso.

Paródia "induz eleitores ao erro" e "gera danos à reputação do músico", argumentou defesa de Roberto Carlos no processo. Caso as partes não se manifestem

no prazo determinado para conciliação, será definida a sentença.

A Justiça alegou não haver "viabilidade material" e "estrutura" para um acordo em outubro do ano passado. O cenário mudou após a apresentação das provas recolhidas por Roberto e Tiririca.

Processo argumenta que paródia "consiste em livre manifestação do pensamento", em primeira análise divulgada em setembro de 2022.

"Ela é lícita desde que não constitua verdadeira reprodução da obra originária, ou seja, que haja uma efetiva atividade criativa por parte do parodiador, e que não tenha conotação depreciativa ou ofensiva, implicando descrédito à criação primeva ou ao seu autor".

Primeiro processo de Roberto Carlos contra Tiririca é de 2014, quando o humorista também gravou uma paródia de "O Portão" em campanha eleitoral. O deputado foi condenado a pagar indenização de R\$ 30 mil em sentença divulgada em 2015, mas solicitou recurso.

TJ/SC afasta dano moral por voo cancelado devido a manutenção urgente

Viagem TJ/SC afasta dano moral por voo cancelado devido a manutenção urgente Colegiado não reconheceu provas dos danos sofridos pelas passageiras. Da Redação terça-feira, 18 de julho de 2023 Atualizado às 17:22 CompartilharComentarSiga-nos no A A

Passageiras que tiveram voo cancelado por manutenção extraordinária e chegaram 9 horas depois ao destino final não serão indenizadas pela Latam, decide 5ª Câmara de Direito Civil do TJ/SC. Turma não reconheceu os danos alegados pelas mulheres.

As passageiras ajuizaram ação de indenização por dano moral em face de Latam Airlines, alegando que em razão de um cancelamento de um voo, perderam os conseguintes, chegando ao destino final com um atraso de 9 horas em relação ao contratado. Sustentaram, assim, terem sofrido danos morais em razão da não comunicação prévia do cancelamento e a falha na prestação do serviço.

A companhia aérea, por sua vez, sustentou que o cancelamento do voo ocorreu diante da necessidade da aeronave passar por uma manutenção extraordinária, e que seguiu todas as orientações da ANAC para esta situação.

O juízo da 7ª vara Cível de Florianópolis/SC, ao analisar o caso, concluiu que as autoras não demonstraram o dano efetivamente sofrido, sendo certo que o mero atraso ou cancelamento de voo não implica, por si só, em danos morais presumidos. E por outro lado, a empresa aérea reacomodou as consumidoras em outro voo prestando toda assistência material, bem como o dever de informação.

Latam não indenizará passageiras por atraso de 9 horas em viagem após voo cancelado.(Imagem: Free-pik)

Inconformadas, as autoras recorreram, sustentando a necessidade de fixação de danos morais uma vez comprovado os abalos de ordem extrapatrimonial sofridos.

O relator, desembargador Ricardo Orofino da Luz Fontes, asseverou que para que nasça o dever de indenizar, é necessária a existência de uma conduta dolosa ou culposa do agente, de forma a atingir a dignidade ou os **direitos** da personalidade do indivíduo, o que não ocorreu no caso concreto.

"Embora não se negue o inevitável incômodo das autoras pelo atraso de nove horas para chegada no destino final, tal fato, por si só, não dão ensejo à reparação extrapatrimonial."

Dessa forma, o relator concluiu que "ausentes as provas do abalo anímicosofrido pelas apelantes, não há que se falar em responsabilização da requerida no presente caso, em relação aos danos morais pugnados, razão pela qual mantém-se a sentença de improcedência".

Diante do exposto, o colegiado, seguindo o voto do relator, negou o pedido de indenização por danos morais às passageiras por parte da Latam.

A equipe do atua na defesa da companhia aérea.

Processo: 5009330-06.2021.8.24.0082

Leia o acórdão.

Gestão de tecnologia da computação, tecnologia da computação e programas básicos de comunicação são campos que mais registraram patentes no país asiático este ano

O setor de propriedade intelectual (PI) da China tem feito progressos constantes e melhorado sua qualidade, com o fortalecimento das reservas de patentes em tecnologias digitais, segundo anúncio feito pela Administração Nacional de Propriedade Intelectual (ANPI), principal órgão regulador do setor do país, nesta terça-feira (18). A PI desempenha papéis importantes na sustentação da construção de um sistema nacional de inovação e no cultivo de uma economia aberta e bom ambiente de negócios, observou o vice-diretor da ANPI, Hu Wenhui, em coletiva de imprensa. "As reservas de patentes fortalecidas da China em tecnologias digitais têm apoiado grandemente o desenvolvimento da economia digital do país", disse Hu. De acordo com estatísticas de 35 campos técnicos classificados pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), até o final de junho deste ano, os três principais campos em termos de taxa de crescimento efetivo de patentes de invenção na China foram métodos de gestão de tecnologia da computação, tecnologia da computação e programas básicos de comunicação.

As taxas de crescimento ano a ano foram de 56,6%, 38,2% e 26%, respectivamente, muito acima da média nacional de 20,4% no mesmo período. Economia digital A China atribui grande importância ao desenvolvimento econômico digital. O tamanho da economia digital da China ultrapassou a marca dos 7 trilhões de dólares dos EUA em 2022. Até o final de 2022, o número de patentes de invenção efetivas nas indústrias principais da economia digital da China era de 1,6 milhão. Dentre elas, 1,27 milhão foram registradas por entidades chinesas, representando cerca de 80% do total, conforme mostram as estatísticas

da ANPI. "A inovação em patentes nas indústrias principais da economia digital da China está crescendo vigorosamente, com características significativas", disse Ge Shu, alto funcionário da ANPI, durante a coletiva de imprensa. As patentes de invenção nas indústrias principais da economia digital estão crescendo rapidamente.

Durante o período de 2016 a 2022, a taxa média de crescimento anual das patentes de invenção autorizadas nas indústrias principais da economia digital da China atingiu 18,1%, 1,5 vezes a taxa para o total de patentes de invenção autorizadas durante o mesmo período, de acordo com Ge. O ímpeto de inovação das empresas nacionais dentro da economia digital é forte. Até o final de 2022, elas detinham cerca de 70,9% das patentes de invenção efetivas nas indústrias principais da economia digital. As regiões orientais mostram vantagens óbvias em inovação na economia digital. O Delta do Rio Yangtze, a Grande Área da Baía de Guangdong-Hong Kong-Macau e a região Beijing-Tianjin-Hebei representaram 71,3% das patentes de invenção efetivas da China nas indústrias principais da economia digital. Mais empresas estrangeiras estão vindo para a China desenvolver suas patentes na economia digital. Até o final de 2022, 95 países e regiões possuíam 327 mil patentes de invenção nas indústrias principais da economia digital na China.

"No próximo passo, a ANPI continuará a fortalecer a monitorização das indústrias principais da economia digital e das patentes de tecnologia digital chave para melhor servir o desenvolvimento da economia digital da China", disse Ge.

Índice remissivo de assuntos

Direitos Autorais

3, 9

Marco regulatório | INPI

7

Propriedade Industrial

7

Direitos Autorais | Direito da Per-
sonalidade

10

Propriedade Intelectual

11